

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 20.04.2022

Apoio à colocação profissional e à formação dos desempregados

A epidemia arrasta-se há mais de dois anos. Macau é um centro mundial de turismo e lazer e os diversos sectores estão a ser gravemente afectados. Sob o impacto da epidemia, nos últimos dois anos, o ambiente socioeconómico de Macau tem piorado, o ritmo da recuperação tem sido lento e o sector do jogo encontra-se em fase de ajustamento, com algumas salas VIP e de casinos satélite a encerrar sucessivamente, influenciando negativamente o ambiente social, a confiança do mercado e o ambiente de emprego. A taxa de desemprego dos residentes continua a aumentar e muitos residentes, devido ao desemprego, “não trabalham e não recebem”, assim, enfrentam grande pressão económica que afecta gravemente a sua qualidade de vida.

Sob a epidemia, o ambiente geral da economia tem estado desfavorável. Para injectar novo dinamismo na recuperação económica, é necessário, a longo prazo, revitalizar o mercado e ajudar os desempregados locais a mudarem de emprego, pois só assim é que será possível ajudá-los a obter rendimentos estáveis e a ultrapassarem, sem sobressaltos, as dificuldades económicas. Há dias, na sessão de perguntas e respostas na Assembleia Legislativa, o Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, afirmou que o Governo está muito atento ao emprego dos residentes e que está aberto a resolver o problema do desemprego e a empregar todos os esforços na concretização dos trabalhos respectivos. Segundo os dados da DSAL, o Governo tem desenvolvido muitos trabalhos para apoiar as PME na contratação de pessoal e os residentes na procura de emprego, facto que é notório na sociedade. Mas, como a contratação é um trabalho interno das empresas, se não houver fiscalização, facilmente acaba por não se produzir qualquer efeito.

Conforme as informações do *website* da DSAL sobre as vagas de emprego, em relação a alguns empregos, o horário de trabalho é demasiado longo, o tempo para descanso é insuficiente e o salário é baixo, mas as empresas exigem o domínio de várias línguas estrangeiras e especialização, e os certificados respectivos, portanto, as condições não correspondem manifestamente ao salário e regalias oferecidos; e em relação a outros empregos, exige-se muita experiência e determinadas qualificações que os residentes locais, mesmo recebendo formação para mudar de emprego, não conseguem satisfazer. Assim, muitos residentes duvidam dos efeitos das sessões de recrutamento e colocação profissional realizadas pela DSAL, e a sua vontade em participar nessas actividades é baixa. A meu ver, para aumentar a taxa de emprego dos residentes, o Governo deve adoptar medidas para reduzir as quotas de trabalhadores não residentes das empresas de turismo e entretenimento, libertando assim postos para os desempregados. Além disso, sugiro ao Governo que faça bem a fiscalização no âmbito do recrutamento, para evitar que as empresas apresentem condições e exigências irrazoáveis ou ajam para o fracasso do recrutamento com intenção de facilitar os seus pedidos de importação de trabalhadores; que tome pleno conhecimento da situação do mercado, por exemplo, dos sectores menos interessantes para os residentes, para lançar políticas de incentivo para promover o ingresso nesses sectores, com vista a garantir o emprego dos residentes e que haja pessoas

(Tradução)

para preencher os postos de trabalho oferecidos pelas empresas; e que, tendo em conta as necessidades das empresas e do mercado, quer as actuais quer as futuras, proporcione formação às pessoas que procuram emprego e às que pretendem mudar de emprego, para se criar uma equipa de quadros profissionais adequados ao mercado local e que satisfaçam as suas necessidades.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 20.04.2022

Museu na cidade, cidade no museu

Há dias, tomei conhecimento que o Governo está a ponderar usar a tecnologia de VR nas proximidades das Ruínas de S. Paulo para recuperar a aparência original da Igreja antes de queimada, e para mostrar, de forma mais tridimensional, a sua história. O Governo recorre a meios tecnológicos para introduzir novos elementos nos pontos turísticos do património mundial, contribuindo assim para aumentar a experiência turística e impulsionar os residentes e turistas a conhecerem a história e a cultura dos pontos turísticos de Macau.

Na verdade, além dos pontos turísticos do património mundial, nos bairros antigos há muitos “pontos de referência” com significado histórico especial, que servem de suporte à memória de uma ou mais gerações sobre a cidade. Por exemplo, o nome da “Rua dos Ervanários” teve origem nos Serviços de Alfândega, que geria o comércio externo de Macau. Nos anos 50 a 70 do século passado, um grande número de empresários e turistas chegou a Macau através do Porto Interior e do Terminal Ki-Kuan, e a zona comercial na Rua dos Ervanários transformou-se num centro de comércio. Mas, com o passar do tempo, as zonas mais movimentadas do passado começaram a atrofiar-se e desapareceram, e além das zonas turísticas nas Ruínas de S. Paulo e no Largo do Senado, que são as prioritárias a desenvolver, os outros bairros e ruas antigas não são atractivos para os turistas.

A redução do número de turistas por causa da epidemia é uma oportunidade para revitalizar os pontos turísticos e criar uma zona de turismo cultural com características próprias. O Governo deve quebrar as limitações de pensamento, introduzir elementos de turismo e lazer diversificados, criar novos “pontos de referência” turísticos e culturais, estender esses pontos de referência às regiões vizinhas, atrair turistas, incentivar o consumo e dinamizar a economia comunitária.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Criar percursos históricos interligados pela Avenida de Almeida Ribeiro, partindo da Ponte 16, passando pelo Banco Taifung, IAM, Hotel Lisboa, até ao Wynn. Pode recorrer-se a fotografias antigas e painéis de exposição para apresentar a história, e à realidade virtual ou realidade aumentada para reproduzir cenas do passado, no sentido de demonstrar as respectivas características históricas e culturais, e criar segmentos temáticos ao longo da avenida, para enriquecer a experiência dos residentes e turistas.

2. Jogos de detective mais turismo é uma modalidade de turismo de imersão muito popular entre os jovens, que podem gastar dois dias e uma noite para experienciar uma história num cenário real. O Governo deve organizar um festival cultural “Macau de 1900”, para os residentes e turistas seguirem o guião do jogo e viajarem até ao ano de 1900, vestidos com trajes da época, empunhando adereços, no sentido de viver os

acontecimentos. O Governo deve aprender com Hong Kong, Nanjing, Changsha, Chengdu e Luoyang, fazendo bom uso das ruas e construções antigas, e lançar jogos de detective com características históricas e culturais de Macau. Assim, os turistas podem sentir emersão estas características, e prolongar a estadia, beneficiando a restauração e a hotelaria.

O mercado turístico vai ser orientado cada vez mais para os jovens, e as visitas vão ser mais para vivenciar, em vez de ver. Assim, o Governo tem de aprender com as regiões vizinhas, adaptar-se à nova tendência do mercado, e ser criativo para contar bem as histórias de Macau. Isto para transformar Macau numa cidade-museu ou museu-cidade, para se alcançar o objectivo de construção dum centro mundial de turismo e lazer.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 20.04.2022

Mais acções de formação, para elevar a competitividade das pessoas e das empresas

Face ao impacto da COVID-19 na economia, de mais de dois anos, o Governo actuou proactivamente na formação. Recentemente, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) lançou, com associações comerciais e civis, acções de formação, nomeadamente 16 cursos, em maquinaria de construção, para promover o respectivo emprego, com 200 formandos. 404 trabalhadores da construção civil obtiveram apoio e conseguiram emprego. Mais, a DSAL lançou uma nova ronda de formação subsidiada, a saber: o “plano de formação subsidiada orientada para o aumento das competências técnicas” e o “plano de formação subsidiada orientada para a empregabilidade”. No primeiro, a iniciativa é das empresas, sendo formação em serviço, enquanto, no segundo, a iniciativa é do próprio trabalhador, que opta por reforçar a empregabilidade. Através destes subsídios, reforçam-se as competências profissionais, promove-se o rápido reemprego, alivia-se a pressão económica das pessoas afectadas pela pandemia e diminui-se a taxa de desemprego.

Sob a pandemia, muitas micro, pequenas e médias empresas estão com uma dupla dificuldade, resultante da pandemia e da reestruturação económica. Para a superar, há que lançar acções de formação em indústrias emergentes, para elevar as competências globais dos trabalhadores e a competitividade das empresas. Mais, há que incentivar os trabalhadores a participar nessas acções de formação, em prol das suas competências, do auto-reforço e da autoconfiança.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Aproveitar bem o “Plano de formação subsidiada orientada para o aumento das competências técnicas” para expandir o desenvolvimento das empresas a longo prazo, e aumentar a competitividade da equipa e a capacidade de resposta no mercado. Propõe-se a exploração, em conjunto, do futuro da empresa pelos empregadores e os trabalhadores, reforçando a respectiva capacidade de trabalho. Ao mesmo tempo, colaborar activamente com a DSAL na oferta dos cursos de formação necessários e dos cursos relacionados com o sector das empresas, para que a formação subsidiada possa responder mais rapidamente às necessidades sociais.

2. O Governo deve incentivar os trabalhadores a participarem no “Plano de formação subsidiada orientada para a empregabilidade”, para os desempregados e os trabalhadores poderem fazer uma auto-avaliação e se prepararem melhor para o planeamento da carreira profissional a longo prazo, elevando a sua competitividade e capacidade de negociação da remuneração.

3. Reforçar a divulgação e a educação. Apelo aos encarregados de educação para encorajarem os filhos a conhecer a importância de se prepararem antecipadamente para qualquer oportunidade, e de que não deve haver discriminação entre profissões melhores

ou piores. Deve-se melhorar e aperfeiçoar o sistema de formação de habilitações profissionais ao longo da vida, desenvolver plenamente o papel decisivo do mercado na distribuição de recursos, cooperar com a implementação da grande estratégia nacional, romper com a discriminação entre trabalhadores de colarinho azul e branco, e deixar que em quaisquer carreiras todos possam ter futuro.

4. Tendo em conta a procura de talentos nas quatro grandes indústrias, sugere-se ao Governo que promova o desenvolvimento da formação de técnicas profissionais de alta qualidade e construa uma equipa de técnicos de envergadura adequada, com qualidade relativamente sólida e estrutura razoável.

Através destas recomendações, espera-se que as empresas e os seus empregados possam manter uma atitude optimista em relação às perspectivas económicas e preparar-se antecipadamente para a recuperação económica.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 20.04.2022

Prestar apoio preciso na área dos assuntos sociais e bem-estar da população, para ajudar os cidadãos a ultrapassarem em conjunto as dificuldades

Devido à pandemia, a economia de Macau tem sido gravemente afectada, a sua recuperação mantém-se instável, e a taxa de desemprego bateu novo recorde. O Governo implementou várias medidas de apoio, reduzindo eficazmente o impacto para a vida da população e aliviando as dores a curto prazo. No entanto, a pandemia persiste há mais de dois anos e muitos problemas profundos estão a surgir, por exemplo, o número de desempregados está a aumentar e os empréstimos bancários não conseguem ser reembolsados, portanto, o Governo tem de prestar mais atenção a esta situação.

Segundo os dados estatísticos, entre Dezembro do ano passado e Fevereiro deste ano, havia 12,8 mil pessoas desempregadas, uma taxa de 4,3%, e 11,1 mil pessoas em subemprego, uma taxa de 2,9%. Isto deveu-se principalmente ao aumento do desemprego na construção civil e na restauração, e aos muitos trabalhadores do sector do jogo e da hotelaria que ficaram desempregados, situação esta que nos preocupa.

Segundo os dados do 4.º trimestre do ano passado, 15,6 mil patacas é o salário mediano da população empregada, ora, face à redução dos rendimentos e à pressão decorrente das despesas necessárias do dia-a-dia, muitas famílias deparam-se com dificuldades económicas.

Segundo alguns residentes, os trabalhadores da construção civil e do jogo tinham salários mensais de 40 mil patacas, mas agora, devido à recessão económica, foram despedidos e estão desempregados, para além disso, têm de assegurar mensalmente as despesas básicas dos seus filhos e o pagamento das prestações, estão a enfrentar uma grande pressão e não sabem o que fazer.

Ainda segundo os residentes, com a redução significativa das receitas, ainda têm de pagar as prestações da casa e, mesmo que tenham de “pagar apenas os juros e não o capital”, medida implementada pelos bancos, têm de reembolsar mensalmente uma determinada quantia, e devido ao desemprego, o pagamento das prestações pode ser suspenso a qualquer momento.

Olhando para Hong Kong e para o Interior da China, Hong Kong lançou o “*100% Personal Loan Guarantee Scheme*”, para os residentes de Hong Kong que estejam desempregados há dois meses ou mais possam pedir empréstimos até 80 mil dólares de Hong Kong, ajudando assim as famílias afectadas a ultrapassar as dificuldades.

Em 2020, o Interior da China lançou a “Comunicação sobre o reforço do apoio financeiro para a prevenção e o controlo da epidemia do novo coronavírus”, com vista a apoiar os residentes e empresas afectadas pela epidemia. Ao mesmo tempo, cinco bancos lançaram várias medidas, incluindo o adiamento do prazo de reembolso, a reprogramação

do plano de reembolso, o prolongamento do prazo de empréstimo, entre outras, para continuar a apoiar a população afectada pela epidemia. Após a implementação destas medidas, a taxa de falhas no crédito à habitação pessoal diminuiu de 0,37% na fase inicial da epidemia para 0,29%, não só para responder às necessidades dos residentes, mas também para garantir o desenvolvimento sustentável do sector bancário.

Assim, sugiro ao Governo que tome como referência esta prática e que, perante a actual situação epidémica, a recuperação económica não satisfatória e o aumento do número de desempregados, reforce o apoio preciso às pessoas desempregadas e em subemprego. Ao mesmo tempo, quanto à pressão de muitos cidadãos com o pagamento das prestações, pode tomar como referência as medidas do Interior da China sobre a prorrogação dos prazos dos empréstimos e a reprogramação do plano de reembolso, estudando planos para a próxima fase, a fim de aliviar a pressão dos residentes de Macau com os empréstimos, ajudando-os a ultrapassar em conjunto as dificuldades.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 20.04.2022

Espera-se que o problema das trabalhadoras domésticas possa ser resolvido através das medidas lançadas

Recentemente, o Governo anunciou o lançamento, em breve, do “Plano piloto de isenção de restrições da entrada de trabalhadores não residentes filipinos para trabalho doméstico”, e os pedidos podem ser apresentados já a 25 deste mês. Devido à epidemia, a escassez de trabalhadores não residentes mantém-se há mais de dois anos, resultando em diversas situações caóticas, como os próprios a provocar o despedimento, a trabalharem ilegalmente ou a pedirem salários exagerados, o que tem perturbado a vida de muitas famílias, portando, o anúncio do referido Plano despertou de imediato a atenção das famílias que precisam de contratar esses trabalhadores.

Após várias interpelações, o Governo acabou por aceitar as sugestões apresentadas pela sociedade e por mim, e, sob o pressuposto de garantir a prevenção da epidemia, dialogou, proactivamente, com os países exportadores de trabalhadores domésticos, dando assim o primeiro passo na retoma da sua importação, o que merece o nosso reconhecimento. Com o Plano piloto, os trabalhadores não residentes vão poder vir para Macau, e o problema do desequilíbrio entre a oferta e a procura pode ser, em certa medida, aliviado, complementando-se os recursos humanos. Segundo as autoridades, na apreciação e autorização dos pedidos, a DSAL vai facultar à PSP a lista de empregadores qualificados e avaliar se o trabalhador doméstico em questão prestou trabalho ilegal em Macau e se houve qualquer problema nas relações laborais anteriores, entre outros aspectos. Isto serve de certa garantia para os empregadores.

Conforme as informações das autoridades, neste momento, o Plano piloto destina-se apenas a quem tem de cuidar de idosos com 65 ou mais anos, crianças até 3 anos e doentes. Segundo algumas opiniões da sociedade, os requisitos são demasiado exigentes, por exemplo, durante a epidemia, as aulas das crianças com mais de 3 anos foram frequentemente suspensas, e o horário de trabalho dalguns pais passou a ser instável, portanto, precisa-se de apoio dos trabalhadores domésticos, mas estas situações não foram incluídas no âmbito do Plano piloto. Mais, o número de quartos de hotéis para observação médica tem sido insuficiente, e as despesas com a quarentena e o transporte dos trabalhadores domésticos, com as agências de emprego e com o eventual tratamento médico, podem atingir dezenas de milhares de patacas, portanto, trata-se de grandes encargos, apesar do aligeiramento das restrições de entrada de não residentes, e mais, como só é possível verificar se a qualidade do trabalhador está aquém das expectativas após a quarentena, as necessidades das famílias podem não ser satisfeitas atempadamente.

Assim, apresento as seguintes cinco sugestões:

1. Devido à epidemia, a falta de empregadas domésticas arrasta-se há muito tempo. Propõe-se a fixação de um prazo para o “Plano-piloto”, ou seja, após a análise dos dados relativos aos pedidos, há que concluir rapidamente os trabalhos da sua optimização, levantar as condições de requerimento e continuar a prestar atenção à situação epidémica

dos países exportadores de empregadas domésticas, para, sob a estabilidade da situação epidémica, aumentar gradualmente as vias de importação, aliviando, o mais rápido possível, as necessidades das famílias.

2. Fiscalizar rigorosamente as empregadas domésticas que entram em Macau através do “Plano-piloto”, restringindo, especialmente, as que têm maus registos anteriores de trabalho e as que activaram, com frequência, a validade do título de trabalho, limitando ainda mais a sua mudança de tipo de trabalho, para reduzir situações de “mudança de emprego com má-fé” e de “agirem propositadamente para serem despedidas”, controlando bem o regime do período transitório, para assegurar a estabilidade do mercado.

3. Tendo em conta as queixas da sociedade sobre o longo tempo e os elevados custos para a entrada das empregadas domésticas, espera-se que o Governo seja mais proactivo na negociação com os hotéis qualificados, agências de emprego e o sector em causa, para que sejam abertas mais vagas de isolamento para as empregadas, com vista a reduzir as despesas com o isolamento e a mediação, bem como os encargos dos respectivos empregadores.

4. Para além da retoma gradual da importação de trabalhadores domésticos, é necessário continuar a otimizar e divulgar os trabalhos relacionados com a importação e conjugação dos trabalhadores domésticos do Interior da China e cooperar com as associações e instituições na formação para trabalhadores domésticos locais, dando mais opções aos empregadores e trabalhadores, e contribuindo para elevar a qualidade desse trabalho e a estabilização do mercado.

5. Numa perspectiva de longo prazo, o Governo deve, tendo em conta a natureza específica do trabalho doméstico, elaborar diplomas específicos para regulamentar os trabalhadores domésticos, substituindo a actual regulamentação prevista na “Lei das relações de trabalho” e na “Lei da contratação de trabalhadores não residentes”, exigindo-lhes formação antes de ingressarem na carreira, a fim de elevar a ética e o profissionalismo dos trabalhadores domésticos.

Finalmente, gostaria de salientar mais uma vez que as autoridades devem continuar a prestar atenção à situação do mercado do trabalho doméstico e, através de um pacote de medidas concretas e de longo prazo, resolver os problemas existentes em Macau, relacionados com os trabalhadores domésticos, com vista a aliviar a pressão das famílias.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 20.04.2022

Saúde mental e psicológica

A epidemia do novo coronavírus persiste e os residentes estão gradualmente a cansar-se do combate à pandemia. A par disso, devido à recessão económica, a taxa de desemprego dos residentes entre Dezembro de 2021 e Fevereiro de 2022 atingiu 4,3%, o valor mais elevado desde 2009. Muitos trabalhadores foram despedidos ou estão de férias sem vencimento, e os finalistas deparam-se com dificuldades de emprego, tornando evidentes problemas sociais ocultos. Muitas famílias estão a sofrer grandes pressões económicas e no dia-a-dia, que afectam gravemente a sua saúde psicológica e mental.

Segundo os dados dos Serviços de Saúde sobre a morte por suicídio, em 2021 registaram-se 60 suicídios e 186 tentativas de suicídio; segundo o Instituto de Acção Social, em 2021, registou-se um aumento notório de casos suspeitos de violência doméstica e de maus-tratos a crianças; e recentemente, uma associação cívica lançou um inquérito sobre a situação de pressão e das emoções da população de Macau, e entre os 700 inquiridos, 47% mostraram um nível moderado ou superior de ansiedade e o item com maior grau de pressão está ligado à economia, trabalho, aprendizagem, e à nova epidemia, o que merece a atenção do Governo e do público.

O Governo tem adoptado o mecanismo de prevenção conjunta de quatro níveis, isto é, um modelo de prestação de serviços de apoio à saúde mental na comunidade e, de acordo com a situação dos doentes, estes são avaliados e acompanhados gradualmente pelas associações de serviços comunitários, instituições comunitárias especializadas em saúde mental e nos centros de saúde, e por fim são transferidos para o Serviço de Psiquiatria do Centro Hospitalar Conde de S. Januário. Este mecanismo tem mostrado alguma eficácia. A situação da pandemia e o desenvolvimento socioeconómico de Macau ainda estão instáveis, portanto, é necessário rever e otimizar, de forma contínua, este mecanismo de prevenção, revendo os procedimentos para um melhor tratamento dos casos e para se detectar, o mais cedo possível, os problemas emocionais, evitando o adiamento do tratamento. Mais importante é o Governo preparar-se, antecipadamente, para fazer face a incidentes imprevistos, tendo em conta eventuais alterações da situação de pandemia, por exemplo, avaliar as necessidades de serviços de saúde mental em Macau, isto é, se há aumentaram os casos devido à pandemia; aumentar os apoios às instituições e serviços de acção social, para que possam contratar mais profissionais de saúde; avaliar se há número suficiente de psiquiatras e psicoterapeutas; se é necessário reforçar os serviços de apoio por telefone ou outros serviços de apoio à distância, etc. O Governo deve ainda reforçar os trabalhos de promoção de apoio emocional, para que os residentes saibam como pedir ajuda, especialmente no que respeita à educação sobre saúde mental e sobre a vida destinada aos estudantes. Para muitas pessoas, as doenças mentais aparecem na juventude, e se for possível identifica-las e intervir o mais cedo possível, os resultados do tratamento serão muito melhores.

Espero que o Governo, para além do apoio pecuniário, dê também apoio ao nível espiritual e psicológico aos residentes, tendo em conta os diferentes grupos-alvo,

nomeadamente, desempregados, pessoas à procura de emprego e em licença sem vencimento, cuidadores, e àqueles que estão a ser afectados pelo ajustamento profundo do sector do jogo, pois há que continuar a acompanhar e a conhecer as causas da ansiedade destas pessoas, prestar-lhes mais apoio ao nível da saúde mental e tomar mais medidas concretas de apoio, aliviando a pressão do dia-a-dia e as emoções negativas destas pessoas.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 20.04.2022

Alargar o âmbito do plano provisório de abono de residência, para aliviar as dificuldades dos agregados familiares da lista de candidatos à habitação social

Em 2019, o Governo implementou, através do Regime jurídico da habitação social, o mecanismo de candidatura permanente. Isto permite que os agregados familiares ou indivíduos que satisfaçam os requisitos legais apresentem, a qualquer momento, requerimento ao Instituto de Habitação. Segundo as informações do IH, desde 20 de Agosto de 2020, em que foi implementado o referido mecanismo, até ao dia 19 deste mês, registaram-se 4100 requerimentos acompanhados dos documentos necessários, e 2363 deles foram admitidos após a apreciação de qualificação e a pontuação.

O Relatório das LAG para este ano aponta expressamente que a atribuição de fracções aos agregados familiares qualificados do concurso de habitação social de 2017 vai ser concluída neste ano, e a seguir, vão ser realizados os trabalhos de apreciação de candidaturas à habitação social e de ocupação de fracções. No entanto, segundo muitos residentes, as suas candidaturas à habitação social foram admitidas, mas não há ainda uma data à vista para a ocupação das fracções, assim, durante o período de espera, só podem arrendar casa recorrendo às suas poupanças, o que significa um grande encargo para a sua vida.

Em 2008, o Governo criou, através de regulamento administrativo, o Plano provisório de atribuição de abono de residência a agregados familiares da lista de candidatos à habitação social, atribuindo-lhes o referido abono, com vista a aliviar os seus encargos económicos. Ao longo dos anos, este plano tem aliviado, em certa medida, as despesas com a habitação dos referidos agregados familiares da lista de candidatos, só que este plano não se aplica aos candidatos da lista da habitação social, nem lhes foram facultadas outras medidas provisórias de residência, deixando-os desamparados.

Apresentei uma interpelação escrita a sugerir ao Governo a extensão do referido plano e a adopção de outras medidas para conceder um abono provisório aos agregados familiares da lista de candidatos à habitação social. Lamentavelmente, o Governo não ponderou sobre isso, alegando que esses candidatos podiam ter as suas fracções num período razoável, e, ao mesmo tempo, referiu que, com a conclusão sucessiva das habitações sociais, ia ser garantida a aquisição das fracções num prazo razoável por parte desses agregados familiares requerentes. Este tipo de resposta dos governantes, com desconhecimento da realidade, resulta em não conseguirem dar resposta às dificuldades da população. É de salientar que as habitações sociais se destinam, originalmente, a resolver os problemas habitacionais dos residentes com fraca situação económica, e que o designado “período razoável” pode ser mais de 4 anos, assim, é evidente que o Governo não está verdadeiramente inteirado da pressão sentida pelos agregados familiares na lista de espera.

Assim, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. Sugere-se que as autoridades estudem sobre a manutenção do “Plano provisório de

atribuição de abono de residência a agregados familiares da lista de candidatos a habitação social” para os agregados familiares com candidatura de natureza permanente à habitação social ou recorram a outros meios viáveis para prestar apoio apropriado aos agregados familiares com dificuldades reais, a fim de aliviar as suas dificuldades resultantes das despesas com a habitação durante o tempo de espera.

2. Segundo dados divulgados pelas autoridades, nestes anos, as habitações sociais que estão concluídas, quase a concluir e em planeamento totalizam cerca de 7000, e anualmente há cerca de 400 fracções devolvidas. As autoridades devem, através dos dados regulares, avaliar constantemente a oferta e a procura e, sob o pressuposto do aumento constante dos terrenos e recursos de habitação social disponíveis, devem também ponderar reduzir o objectivo político de atribuir casa no prazo de 4 anos, a fim de resolver os problemas habitacionais dos agregados familiares candidatos.

3. As autoridades não ponderaram a criação dum subsídio provisório de habitação com o fundamento de que aos agregados familiares com candidatura de natureza permanente à habitação social pode ser atribuída uma fracção num prazo “razoável”. Contudo, nos últimos anos, o processo de candidatura à habitação social leva cerca de um ano e meio a dois anos e meio, e, no caso de se tratar da candidatura de natureza permanente, a fracção pode ser atribuída no prazo de 4 anos. Qual é o fundamento ou princípio das autoridades que sustenta a aplicação da atribuição do abono provisório de residência à primeira situação e não à segunda? A sociedade deve ser esclarecida acerca de tudo isto. O mais importante é o seguinte: os serviços competentes devem rever a situação com serenidade e mudar a sua mentalidade, abandonando os métodos de trabalho conservadores e adoptando a perspectiva do público, com vista a concretizar, efectivamente, o objectivo de governação ter por base a população.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 20.04.2022

Construção contínua de um plano geral para a protecção ambiental e de uma nova cidade verde

No momento em que a sociedade e a ciência e tecnologia se desenvolvem rapidamente, ao nível mundial, as Nações Unidas propõem 17 objectivos de desenvolvimento sustentável como um plano para alcançar um futuro melhor para a humanidade, e o nosso País, através do aumento de várias estratégias de desenvolvimento sustentável, proporciona novas oportunidades de desenvolvimento para todos os sectores. De facto, o País tem prestado muita atenção às alterações climáticas e aos temas relacionados com a protecção ambiental, entre os quais, o mais representativo é o Presidente Xi Jinping ter anunciado, pela primeira vez, em 2020, na 75.^a Assembleia Geral da ONU, o objectivo de a China atingir o pico de emissões de carbono em 2030 e a neutralidade nas emissões de carbono até 2060.

Em resposta às orientações de desenvolvimento do País, o Governo da RAEM também dá importância à protecção ambiental. No Relatório das LAG para 2022, refere-se a promoção pragmática do desenvolvimento das finanças verdes e, quanto às infra-estruturas, continua-se a equilibrar o desenvolvimento e a protecção ambiental, procedendo-se à concepção aprofundada das diversas zonas de acordo com as regras gerais do desenvolvimento urbano, a fim de criar um ambiente mais ecológico e adequado para os nossos cidadãos. Para melhor implementar as diversas infra-estruturas relacionadas com a vida da população e a protecção ambiental, Macau precisa de um plano geral de protecção ambiental sustentável. Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Promoção contínua da vulgarização do uso de veículos eléctricos e aperfeiçoamento dos equipamentos e técnicas de carregamento.

Os veículos eléctricos são um meio de transporte verde cada vez mais generalizado em Macau, por isso, as autoridades devem ter um plano e uma solução adequada para o futuro ciclo de utilização. Sugiro ao Governo que implemente mais políticas de benefícios específicos para o uso dos veículos eléctricos, optimizando, de forma contínua, os equipamentos complementares e o respectivo apoio técnico, e defina um plano e um calendário para a instalação de mais postos de carregamento nos bairros comunitários e nos edifícios privados, devendo ainda acelerar o processo de actualização das infra-estruturas e criar um ambiente favorável para popularizar o uso dos veículos eléctricos.

2. Combinação de técnicas de construção inteligentes e ecológicas, e estudo da possibilidade de aplicação de tecnologias amigas do ambiente de alta tecnologia.

Com o lançamento do Plano Director, o Governo tem vindo a exigir, de forma clara, a aplicação de técnicas de protecção ambiental nos edifícios das novas zonas urbanas, por

exemplo, a instalação de painéis solares fotovoltaicos no topo dos edifícios de habitação económica. Sugiro às autoridades que consultem as políticas e os requisitos nacionais dos projectos de construção de baixo consumo de energia e, através da cooperação com as instituições de ensino superior, introduzam técnicas de protecção ambiental aplicadas no Interior da China e estudem a possibilidade de usar novas tecnologias e equipamentos em Macau, para tornar as construções mais ecológicas e mais inteligentes, e de as aplicar em projectos de renovação urbana no futuro.

3. Promoção da modernização e reconversão tecnológica da indústria de reciclagem de Macau

A Comissão Nacional para o Desenvolvimento e Reforma afirmou claramente que o sistema da indústria de reciclagem de recursos será basicamente estabelecido em 2025, e que a indústria de recursos renováveis se desenvolverá na direcção da aglomeração, escala, padronização e informatização. A indústria da reciclagem em Macau é condicionada pelo modelo industrial e pelos recursos terrestres, o que dificulta o seu futuro desenvolvimento. Proponho ao Governo que se incline para políticas e recursos como, por exemplo, definir um plano complementar às medidas para fornecer à indústria de reciclagem recursos de terrenos no aterro para resíduos de materiais de construção, por forma a criar condições favoráveis para a reconversão industrial e a actualização tecnológica da indústria, e criar oportunidades de interligação com a cadeia industrial nacional e até internacional.

4. Formação activa de talentos para as indústrias verdes

O desenvolvimento das indústrias verdes necessita da coordenação das políticas de educação e formação de talentos. Sugere-se, por um lado, o bom aproveitamento dos recursos técnicos e profissionais do País e a co-organização de cursos profissionais com as instituições de ensino superior do Interior da China, para cultivar talentos de alta e nova tecnologia; e, por outro, a organização de cursos de formação orientados para o pragmatismo, subsidiando os formandos ou os técnicos em efectividade de serviço para aumentarem o seu desejo de auto-aprendizagem; promovendo o desenvolvimento da indústria verde através de talentos e, por fim, atingindo o objectivo de elevar a competitividade verde da indústria.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 20.04.2022

Há que ter confiança e que estar preparado para promover a recuperação do turismo e diversificar as fontes de visitantes

Nos últimos dois anos, sob o impacto contínuo da epidemia, o número de visitantes e o número de residentes que viajaram para fora desceram significativamente, e os sectores do turismo e afins foram os mais afectados, provocando grave impacto no desenvolvimento económico de Macau.

Há dias, o Chefe do Executivo salientou a necessidade de reforçar a construção de um centro de turismo e de lazer a nível mundial, de diversificar as fontes de visitantes e de aumentar a qualidade dos negócios, ora, tudo isto serve para definir o rumo do desenvolvimento do sector do turismo após a epidemia. Recentemente, sob a orientação do Governo e o forte apoio da DSAL, o "Plano de formação subsidiada" foi atempadamente implementado, e os cursos de formação especializada contribuíram para melhorar o nível da gestão e a qualidade dos serviços dos operadores, "reforçando assim a qualidade a nível interno e criando uma boa imagem a nível externo". A par de se poder manter a estabilidade do sector no contexto da epidemia, o referido Plano serve para nos prepararmos para a promoção do desenvolvimento sustentável do sector do turismo e a diversificação das fontes de visitantes após a epidemia.

A diversificação das fontes de turistas contribui para a estabilidade da indústria turística, para o desenvolvimento sustentável, e para a construção de Macau como centro mundial de turismo e lazer. Devemos aproveitar as oportunidades, enfrentar os desafios, acumular boas condições e trabalhar para construir um verdadeiro centro mundial de turismo e lazer.

Na era pós-epidemia, devemos alargar a nossa visão e desenvolver plenamente os factores favoráveis, tais como, o Centro Histórico de Macau e a Cidade Criativa de Gastronomia, e em conjugação com as instalações de lazer de alto nível e os vários eventos e actividades, serão reforçadas a promoção e a divulgação *online* e *offline*, tendo como referência as experiências de promoção e divulgação turísticas do Interior da China, criando assim mais condições para a exploração de mercados de visitantes diversificados do Interior da China e do exterior, especialmente os importantes mercados de turismo dos países do Sudeste Asiático, Japão, Coreia do Sul e Países de Língua Portuguesa, promovendo o desenvolvimento diversificado e o turismo de alta qualidade de Macau, impulsionando o aumento do consumo através do turismo e a recuperação económica, apoiando-se a diversificação adequada da economia.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 20.04.2022

Reforçar as acções de formação para promover as PME a explorar oportunidades de negócio durante a pandemia

O Governo Central lançou o Plano geral de construção da Zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, que é uma política de apoio a longo prazo para Macau, especialmente para apoiar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, transformando-se num forte apoio e numa base importante. Podemos verificar que, com a entrada em funcionamento da comissão de gestão da zona aprofundada, os grandes planos, políticas e projectos para a cooperação entre Guangdong e Macau na Zona aprofundada, incluindo o Novo Bairro de Macau, os projectos complementares para a promoção das actividades de empreendedorismo juvenil, e a política de “liberalização da primeira linha e controlo da segunda linha” estão a ser promovidos de forma ordenada. A Zona aprofundada vai implementar o modelo de negociação, construção e administração conjuntas e a partilha de resultados, desenvolver um novo sistema e formar novas demonstrações, que já estão basicamente constituídas.

Nesta conjuntura de pandemia, as PME e a população estão a enfrentar pressão quer no *marketing* quer no trabalho. Depois das férias de Verão, um grupo de jovens vai entrar no mercado de trabalho e, a longo prazo, há que introduzir mais elementos de promoção eficazes para as PME e os jovens empreendedores, pois, de um modo geral, estes esperam que o Governo crie mais políticas e medidas, para apoiar o seu desenvolvimento autónomo e contribuir para aliviar a pressão de emprego.

Neste sentido, a Zona aprofundada poderá assumir um papel ainda mais importante, pois o seu objectivo de desenvolvimento é promover a diversificação adequada da economia de Macau, o que constitui uma grande atracção para as PME e para os jovens empreendedores. Face ao exposto, apresento as seguintes duas sugestões:

Primeiro, é o auto-reforço na situação epidémica. Os empresários podem aproveitar essa oportunidade para aumentar a sua capacidade operacional. Por exemplo, reforçar a formação dos trabalhadores e a capacidade de gestão dos fundos, desenvolver os canais de venda *online*, etc., podendo aumentar eficazmente a sua capacidade operacional e reduzir os custos operacionais. Uma das vantagens de Hengqin é a sua especificidade geográfica e de política. As vantagens das empresas de Macau podem estender-se a Hengqin, como primeira etapa de entrada no Interior da China, proporcionar uma plataforma de transacções para a cooperação entre as empresas de Macau e do Interior da China, e promover o desenvolvimento a longo prazo das empresas.

Segundo, para os empresários de PME e jovens empreendedores, nos últimos anos, o Governo tem adoptado algumas medidas de apoio muito boas, como a organização de cursos de formação para eles, mas, para quem pretenda desenvolver-se na Grande Baía, é mais provável que seja preciso aprender como abrir mais canais de venda *online*, conhecer

o ambiente de negócios do Interior da China, as formalidades do início de actividade, o regime fiscal e a legislação das relações de trabalho, entre outros. Hengqin, entre a primeira e a segunda linha, pode maximizar a vantagem de “introduzir investimentos do exterior e estabelecer laços internos”, permitindo aos formadores profissionais de Macau e do Interior da China dar aulas aqui aos empresários e empreendedores de Macau.

Quanto aos dois pontos referidos, espero que o Governo possa proceder a negociações conjuntas na Comissão de Gestão da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau, para criar um melhor ambiente de aprendizagem e cursos de formação para os empresários de Macau, reforçando a promoção dos trabalhos nesse âmbito.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 20.04.2022

Reforçar os apoios para ajudar os taxistas a ultrapassarem as dificuldades

Para dar resposta às várias necessidades dos visitantes nas suas deslocações, o Governo acabou por emitir mais 2000 licenças de táxi com prazo de 8 anos, para aumentar de forma quantitativa e qualitativa os serviços para os residentes e visitantes. A economia tem sido duramente atingida desde o surto da epidemia, e existem em Macau, enquanto economia orientada para a exportação, muitas lacunas de mercado. Para aliviar o impacto da epidemia no sector dos táxis, o Governo adoptou várias medidas de apoio, envolvendo mais de 11,8 milhões de patacas. Ao mesmo tempo, o parque de estacionamento no lado oeste da Ponte de Hong Kong-Zhuhai-Macau foi aberto para o estacionamento gratuito de táxis, o que contribuiu para aliviar, a curto prazo, a pressão dos taxistas.

As medidas adoptadas pelo Governo podem, em certa medida, ajudar os taxistas, temporariamente, a atravessar este período difícil, mas com a normalização da prevenção da epidemia a longo prazo, o tempo necessário para a recuperação da economia e do turismo será novamente prolongado. Devido aos surtos repetidos da epidemia nos territórios circundantes, a emissão de vistos de turista ainda não foi plenamente autorizada, e a recuperação do mercado turístico fica assim indefinidamente à espera. O sector perdeu muitas oportunidades de negócio, devido à falta de visitantes em férias, e está preocupado com a falta de sinais de recuperação nas próximas férias douradas, e com as limitadas perspectivas da recuperação económica. Para os taxistas, a suspensão do trabalho tira-lhes o pão de cada dia e na ausência de turistas, e apesar da procura local, é grande o número de taxistas que ganha quase nada há muito tempo devido ao excesso de oferta. A isto junta-se a constante mudança da conjuntura internacional, e a pressão dos negócios aumentou significativamente. Face aos diversos tipos de pressão, muitos taxistas não conseguem assegurar a sua subsistência. Assim, o Governo deve ter em conta a situação especial do sector e adoptar, novamente, medidas de apoio para ajudar os taxistas a ultrapassarem as dificuldades decorrentes da epidemia.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. O Governo já tomou medidas provisórias de benefício para o sector, e afirmou que, por enquanto, não vai ponderar sobre a prorrogação do prazo dos alvarás para a exploração de táxis e do prazo para a inspecção dos táxis. No entanto, nestes últimos três anos, o sector tem-se esforçado por angariar mais clientes, mas não tem conseguido fazer face às despesas, gastando as suas últimas poupanças, por isso, as medidas de apoio de curto prazo já não conseguem dar resposta à recessão económica a longo prazo. Actualmente, o sector dos táxis está a enfrentar elevadas despesas administrativas e não consegue aguentar a situação. O Governo da RAEM deve lançar, mais uma vez, medidas de apoio ao sector dos táxis, por exemplo, reduzir as taxas de licença, etc., com vista a reforçar o apoio ao sector para ultrapassar a crise económica.

2. Face à estagnação do mercado económico, torna-se cada vez mais difícil fazer face à alta taxa de inflação, aos preços dos produtos e aos encargos da vida quotidiana da

população. A isto juntam-se ainda as bruscas mutações ambientais a nível internacional, especialmente no que diz respeito aos elevados preços do petróleo e a múltiplas pressões, o que constitui uma enorme pressão para os trabalhadores por conta própria que trabalham nos transportes públicos. Os taxistas são trabalhadores por conta própria e não têm outra fonte de rendimento que não seja angariar clientes, mas, face à subida constante dos preços dos veículos, não têm outra alternativa senão continuar. No passado, o Governo liberalizou, por duas vezes, o parque de estacionamento a oeste da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, concedendo estacionamento gratuito ao sector dos táxis, o que reduziu bastante os encargos dos taxistas. Tendo em conta a persistência da epidemia, o Governo deve lançar medidas de apoio para o sector, a fim de aumentar a sua capacidade de resistência à pressão externa. Por exemplo, abrir mais uma vez o parque de estacionamento da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau para o sector de táxis, a fim de aumentar a confiança do sector na resistência à epidemia e apoiar atempadamente o sector a ultrapassar as dificuldades.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 20.04.2022

Múltiplas medidas para promover a natalidade

A taxa de natalidade bateu o recorde mais baixo dos últimos 17 anos, o que suscitou amplas discussões quentes na sociedade. A descida desta taxa, nos últimos anos, tem muito a ver com o ambiente socioeconómico sob pandemia, assim, a garantia do emprego dos residentes e a promoção da retoma económica assumem um papel muito importante para aumentar a vontade de procriar. Mais, a procriação tem a ver com a vontade individual e a respectiva noção, para além da sua relação estreita com os custos daí decorrentes e o ambiente para as crianças, e envolve problemas diversos, como casamento, planeamento da procriação, ensino, alimentação e educação dos filhos, habitação, etc.

O Governo da RAEM tem dado atenção às políticas favoráveis à família e que visam incentivar a procriação, e lançou várias políticas e medidas para criar um ambiente favorável ao crescimento das crianças, por exemplo, 15 anos de escolaridade gratuita. Mais, adoptou várias políticas de apoio, como subsídio de nascimento e subsídio de propinas. Mas os residentes estão perante uma multiplicidade de problemas, como a desarticulação entre o elevado preço das casas no mercado privado e o nível salarial. Para os jovens solteiros, a habitação está indexada ao casamento, portanto, o facto de não conseguir comprar uma casa impossibilita também o casamento. Assim, como é que hão-de falar em ter filhos? Quanto às habitações económicas, cujo preço é mais baixo, há restrições severas para os candidatos individuais, que só são elegíveis para as fracções T1 e não T2, o que, sem dúvida, restringe significativamente a vontade dos jovens solteiros de casar e ter filhos. De facto, nos termos da actual Lei da habitação económica, a graduação é feita através do regime de pontuação. Sugere-se que o Governo pondere alargar a elegibilidade dos candidatos individuais, abrangendo a tipologia T2, ou deixar algum espaço para os jovens solteiros no âmbito das políticas referentes à habitação para a classe sanduíche.

Mais, do casamento até ao planeamento para ter filhos, há que reforçar os serviços de consulta e de aconselhamento, isto porque alguns casais querem ter filhos, mas por diferentes razões não alcançam a gravidez desejada, e, mais, os exames médicos, a recuperação da saúde e a adopção de técnicas de procriação medicamente assistida (PMA) são muito caros, nomeadamente, esta última, que é dispendiosa, nem sempre é bem-sucedida à primeira vez. No Interior da China, alguns projectos de PMA foram incluídos no âmbito do seguro médico, por isso, sugere-se ao Governo que pondere a atribuição de subsídios, entre outros, para aliviar os encargos dos residentes.

Finalmente, o elevado custo da criação dos filhos e a falta de medidas complementares também são factores que não encorajam o desejo de os ter. Veja-se o exemplo do acesso de crianças ao ensino infantil, há dias, em que muitos pais, para reduzirem as despesas com o transporte, o almoço, o serviço de recepção e a contratação de empregadas domésticas, lutam por uma escola “one stop”, mais perto de casa ou com um melhor ambiente. Mas nem todos o conseguem, pois alguns deles “saíram vencidos e com a frota naufragada”,

sem ter acesso a nenhum jardim-de-infância preferido e, por conseguinte, andam de um lado para o outro a apresentar pedidos de ajuda, com apenas um objectivo – os filhos terem acesso ao ensino. Mais ainda, com o aumento da concorrência na sociedade, muitos pais concentram muita energia e recursos financeiros nas suas crianças para cultivar as suas aptidões. Sugere-se ao Governo que pondere o aperfeiçoamento do ambiente pedagógico e entre pais/filhos, e a redução dos custos de criação dos filhos, para que os pais fiquem mais descansados com a sua educação, e que aperfeiçoe, de forma contínua, as políticas favoráveis à família, por exemplo, através do aumento da devolução do imposto profissional ou de outras medidas de incentivo, criando um ambiente familiar propício, para os pais poderem acompanhar os seus filhos.

IAOD dos Deputados Kou Kam Fai e Iau Teng Pio em 20.04.2022

Melhorar a educação científica e promover o desenvolvimento do sector da inovação científica

No contexto da Grande Baía e da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, Macau pode promover a diversificação adequada da economia através da investigação científica e tecnológica, e do desenvolvimento do sector de produção de alta qualidade. Nos últimos anos, os Laboratórios de Referência do Estado e as várias instituições de investigação científica nacionais, que representam o mais alto nível na China, foram gradualmente estabelecidos em Macau. A Universidade de Macau e a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau lançaram também uma sólida base de investigação, em medicina chinesa, biotecnologia, microelectrónica e materiais aplicados, e têm vários projectos bastante maduros, tendo iniciado a investigação e o trabalho de industrialização dos resultados. Recentemente, o Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia de Macau identificou, por informações recolhidas, diversos resultados de inovação e de investigação conseguidos por instituições de ensino superior e empresas locais. Tudo isto merece o nosso reconhecimento.

A inovação científica e tecnológica tem sido sempre um importante apoio estratégico para a segurança e o desenvolvimento nacional. O regresso bem-sucedido da nave espacial tripulada Shenzhou-13, no dia a seguir ao Dia de Educação para a Segurança Nacional, em 15 de Abril, significa que a indústria espacial chinesa é líder a nível mundial, sendo um grande impulso para o desenvolvimento inovador e científico da RAEM. Para promover esse desenvolvimento e ajudar a investigação científica de Macau a integrar-se no desenvolvimento global do País, gostaríamos de apresentar duas sugestões:

1. Aperfeiçoar políticas para apoiar e subsidiar o sistema de ensino *STEM*

O desenvolvimento da educação científica, a formação de talentos nessa área de alto nível e a promoção da indústria da inovação tecnológica são necessários para a diversificação adequada da economia de Macau. Os ensinamentos primário e secundário têm proporcionado aos alunos uma educação diversificada em *STEM*, mas ainda é necessário otimizar a formação dos docentes, o respectivo mecanismo e os recursos pedagógicos, com empenho na sua profissionalização, criando um ambiente favorável à promoção da educação *STEM* nas escolas, aumentando a qualidade científica dos docentes e alunos, e incentivando os últimos a frequentarem as disciplinas de ciências e engenharia. Como o sistema de formação dos docentes por disciplinas ainda é popular, o Governo pode considerar otimizar a apreciação dos docentes, o reconhecimento dos cursos e a avaliação, aumentando a flexibilidade e o espaço pedagógicos; deve ainda aproveitar os recursos da plataforma avançada de investigação científica e construir duas bases nacionais de generalização de conhecimentos científicos, incentivando a combinação da investigação e da sensibilização científicas, para melhorar as actividades pedagógicas em *STEM* e aperfeiçoar os equipamentos.

2. Acelerar a transformação dos resultados da investigação científica

A industrialização da investigação científica é crucial para o desenvolvimento sustentável das indústrias de inovação científica e tecnológica. Macau deve reforçar a cooperação na investigação científica, e ao nível académico e industrial, e acelerar a transformação dos resultados da investigação científica em forças produtivas reais, introduzindo a tecnologia para revitalizar a economia; e usar o modelo do “Arraial na rua dos Ervanários” para explorar outros pontos turísticos, utilizando as técnicas de exposição de AR e VR para aumentar a atractividade turística e promover a recuperação da indústria turística. Mais, a tecnologia pode enriquecer “Uma Base”, e os Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim são a demonstração perfeita da combinação da civilização tradicional chinesa com a tecnologia moderna. Podemos desenvolver eventos temáticos e plataformas de exposição sobre a cultura tradicional chinesa, em museus, salas de exposição, zonas e ruas, com tecnologias de ponta. Veja-se o projecto de utilização de VR (realidade virtual) para mostrar a história das Ruínas de S. Paulo: do mesmo modo, pode-se ponderar criar um *ex-libris* da cultura chinesa na Casa do Mandarin e na Mansão Chio, para reflectir o intercâmbio cultural entre a China e o Ocidente.

“A água é tão clara no canal, porque é a água fresca que vem da nascente”. O aperfeiçoamento do modelo de ensino STEM para formar talentos em inovação científica e tecnológica, e acelerar a transformação dos resultados da investigação científica, e a promoção do “centro de turismo” e da “base cultural” com tecnologia, irão de certeza vitalizar a diversificação do desenvolvimento económico de Macau.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 20.04.2022

Apoiar o emprego dos jovens

Com base nos resultados do Inquérito ao Emprego, a taxa global de desemprego entre Dezembro de 2021 e Fevereiro de 2022 foi de 3,3 por cento, e a taxa de desemprego dos residentes situou-se em 4,3 por cento, um aumento de 0,1 pontos percentuais, face ao período anterior (Novembro de 2021 a Janeiro de 2022). Devido à instabilidade da situação epidémica nas regiões vizinhas, o ambiente económico de Macau foi gravemente afectado pela redução do número de turistas. Mais, devido ao ajustamento profundo do sector do jogo, nos últimos meses várias operadoras de satélite e salas VIP fecharam, o que agravou mais a situação de desemprego, deixando as pessoas preocupadas com o início de uma onda de encerramentos que resulte no aumento dos desempregados. O Governo desenvolveu muitos trabalhos para apoiar os residentes no acesso ao emprego e os resultados têm sido bastante satisfatórios, mas alguns desempregados já não se podem inscrever mais nos planos de apoio como a formação subsidiada, depois de terem realizado vários cursos desse programa. Assim, espero que o Governo relaxe as condições e o número de inscrições, para que mais pessoas possam ser beneficiadas. Ao mesmo tempo, deve considerar criar novas medidas de apoio ao emprego para os residentes, recorrendo a diferentes formas.

Segundo o Inquérito ao Emprego, a população desempregada era composta por 12 800 indivíduos, mais 400 pessoas, face ao período transacto. O número de desempregados à procura do primeiro emprego representava 7,4 por cento do total da população desempregada. Pode-se verificar que, no ano passado, um grande número de recém-licenciados não conseguiu encontrar o seu primeiro emprego, e um novo grupo vai entrar em breve no mercado de trabalho. Assim, encontrar um emprego para eles é uma questão difícil, o que merece uma discussão conjunta por parte dos diversos sectores sociais.

Numa recente interpelação oral, pedi ao Governo que tentasse saber da distribuição profissional dos recém-formados e da sua vontade de entrar no mercado de trabalho, para lhes proporcionar formação adequada e dar-lhes a conhecer a situação do mercado, ajudando a sua integração com sucesso. O Governo concordou com a proposta e, tendo em conta a aproximação do pico de graduações, a DSAL começou a recolher a partir deste mês, através de inquéritos em rede, as opiniões sobre as necessidades de estágio dos recém-formados em Macau e no exterior, para saber qual a vontade e a necessidade de participarem em estágios locais ou no Interior da China, tudo para definir medidas de apoio ao emprego que se adequem às necessidades reais, ajudando-os a entrar no mercado de trabalho sem dificuldades. Apelo aqui aos estudantes que estão prestes a concluir os estudos para preencherem os inquéritos, para que as autoridades tenham mais dados precisos, a fim de tomarem medidas mais adequadas. Além da organização de estágios, espero ainda que as autoridades aproveitem estes dados para organizar mais cursos de

formação remunerada, proporcionando oportunidades de formação aos jovens que querem mudar de emprego.

Recentemente, a Administração organizou também um Workshop de simulação de entrevistas e um Seminário sobre assuntos profissionais para ajudar os jovens a reforçar as suas técnicas na procura de emprego e a dominar a situação dos diferentes sectores, proporcionando-lhes ainda informações sobre a escolha de emprego. Espero que os jovens possam participar activamente nessas actividades e preparar-se bem. Não devem ter medo de fracassar e devem atrever-se a tentar mais. Com esta atitude, confia-se que no final vão conseguir encontrar com sucesso o primeiro emprego e o seu rumo profissional.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 20.04.2022

Medidas múltiplas para estabilizar e promover o emprego, e assegurar a qualidade de vida da população

O emprego é a base da vida da população, e esta última só pode ser consolidada com estabilidade e promoção do emprego. Para o efeito, apresento as seguintes duas sugestões:

1. Aperfeiçoamento do Plano de formação subsidiada e concretização do trabalho subsidiado

Até finais de Março, a maioria dos residentes inscritos na DSAL tinha idades compreendidas entre os 36 e os 59 anos, ocupando 44,5 por cento do total, seguindo-se os residentes com idade igual ou inferior a 35 anos, com 36,9 por cento, e os com idade igual ou superior a 60 anos, com 18,6 por cento. No que respeita às habilitações académicas, os residentes dos grupos etários entre os 36 e os 59 anos, e com 60 ou mais anos de idade, possuem, na sua maioria, habilitações académicas de nível não superior, pelo que a sua reintegração no mercado de trabalho será mais difícil devido à falta de habilitações académicas e de técnicas profissionais, e à idade relativamente avançada.

Segundo o Governo, até finais de Março, cerca de 41 por cento dos residentes foram contratados depois de frequentarem o Plano de formação subsidiada. Quanto aos esforços do Governo na promoção do emprego dos residentes, manifesto o meu reconhecimento. Mas, neste momento, o efeito do Plano de formação subsidiada para a estabilização e promoção do emprego é relativamente fraco, e a taxa de sucesso na empregabilidade deve ser mais alta. Há dias, na sessão de perguntas e respostas, o Chefe do Executivo afirmou que o Governo ia rever e otimizar, atempadamente, o Plano de formação subsidiada, e que as respectivas despesas iam ser transformadas em subsídios, para os desempregados poderem trabalhar recebendo subsídio, isto é, irem aprendendo no seu trabalho do dia-a-dia. Concordo com tal transformação, pois o trabalho subsidiado permite contribuir para elevar a praticabilidade e a eficácia da formação, maximizando a eficácia das respectivas despesas, e também eleva a taxa de empregabilidade, pelo que deve o Governo concretizá-la o mais rápido possível. Mais, como os recém-formados vão entrar brevemente no mercado de trabalho, espero que o Governo reveja e optimize o Plano de estágio para criar melhores perspectivas de trabalho, e alargue as condições de participação, para que mais jovens que não conseguem encontrar emprego possam passar por estágios em empresas, aumentando assim a sua experiência profissional e a confiança na sua futura vida profissional.

2. Concretização do mecanismo de saída dos TNR e libertação dos postos de trabalho para os trabalhadores locais.

Actualmente, o número de desempregados ronda os 13 000 e o número de vagas fornecido pelo Governo é de apenas 6000, o que demonstra que há ainda uma grande

lacuna, portanto, é necessário concretizar o mecanismo de saída dos TNR, a fim de libertar mais postos de trabalho para os nossos residentes. Segundo dados estatísticos do Governo, a construção civil, o jogo e os serviços comerciais são as três principais áreas em que os residentes inscritos na DSAL pretendem ingressar. Neste momento, há ainda um determinado número de TNR nesses sectores, portanto, espero que o Governo concretize, com rigor e eficácia, o mecanismo de saída dos TNR, e promova, através do trabalho subsidiado, a articulação ordenada entre os residentes locais, a fim de atenuar a pressão do emprego e os encargos da vida da população.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 20.04.2022

O Governo deve exigir ao sector financeiro que contrate prioritariamente trabalhadores locais e definir indicadores de localização de quadros médios e superiores

Há dias, na sessão de perguntas e respostas na Assembleia Legislativa, o Chefe do Executivo afirmou que o Governo ia otimizar e concretizar medidas diversificadas, como a formação subsidiada e o emparelhamento de emprego, e reduzir as quotas de trabalhadores não residentes das empresas de turismo e diversões, a fim de apoiar os trabalhadores locais. A situação de desemprego em Macau é grave, e o Governo solicita que as empresas libertem mais postos de trabalho adequados aos nossos residentes, dando prioridade à contratação de desempregados, o que é necessário e premente, só que não se deve limitar ao sector do turismo e diversões.

Nos últimos anos, o Governo tem-se empenhado no desenvolvimento do sector financeiro, nomeadamente na inovação e tecnologia financeira, o que implica aumento da procura de quadros qualificados. Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), até ao 3.º trimestre do ano passado, o sector financeiro tinha 8255 trabalhadores a tempo inteiro, e a maioria trabalhava no sector bancário, com 7063 trabalhadores, mas, mesmo assim, ainda havia 300 vagas. Por outro lado, há também muitos desempregados que trabalharam ou pretendem trabalhar na área financeira e administrativa.

Nos últimos anos, o Governo autorizou, no entanto, muitas quotas de trabalhadores não residentes para o sector financeiro e, mesmo durante a pandemia, mantiveram-se em mais de mil. Em Fevereiro de 2022, o sector financeiro tinha 1011 trabalhadores não residentes, dos quais 798 eram do sector bancário e, na sua maioria, não eram quadros especializados. Em comparação com os 909 trabalhadores importados de há três anos, ou seja, em Fevereiro de 2019, o número aumentou, em vez de diminuir. Então, que tipo de cargos pertenciam àqueles mais de 600 trabalhadores não especializados? Os que estão à procura de emprego e os recém-formados não têm condições nem capacidade para desempenhar essas funções? De que planos dispõe o Governo para a formação de talentos locais? Solicito com veemência ao Governo que dê o devido acompanhamento ao assunto e preste os devidos esclarecimentos.

É inegável que, para se ascender profissionalmente e aumentar a própria competitividade, o esforço individual na aprendizagem e no auto-aperfeiçoamento são fundamentais, mas o papel do Governo e dos respectivos sectores também é importante. Após o Retorno, iniciou-se a liberalização do sector do jogo e, de um momento para o outro, necessitou-se de um grande número de trabalhadores e de pessoal de chefia intermédia com experiência. O Governo definiu claramente a política de não importação de mão-de-obra para as funções de *croupier*, e isso incentivou as concessionárias a formarem e a recrutarem locais, e estas organizaram acções de formação com as

associações laborais e instituições, e o Governo exigiu ainda que os cargos de chefia intermédia, como os de supervisor, fossem gradualmente ocupados por trabalhadores locais, e foi fixada uma percentagem não inferior a 85 por cento para os cargos intermédios e superiores para as concessionárias de jogo. Foi por causa destas políticas e dos esforços das concessionárias e dos trabalhadores locais que estes conseguiram ter maior espaço de desenvolvimento.

Actualmente, há uma desaceleração económica e um ajustamento no sector do jogo, e o Governo tem o dever inalienável de incentivar os trabalhadores locais a dedicarem-se ao sector financeiro e a outros sectores. É de salientar que o princípio legal de garantir a prioridade dos trabalhadores locais no acesso ao emprego não pode ser um simples *slogan*, nem se deve permitir que, devido às insuficiências do regime e de fiscalização, estes sejam apenas suplentes de outros, prejudicando as suas oportunidades de emprego.

Apelo mais uma vez ao Governo para reduzir as quotas de TNR no turismo e no entretenimento e, ao mesmo tempo, para os postos de trabalho do sector financeiro, venda de produtos de marca, empresas de construção de grande dimensão, entre outros, serem ocupados por trabalhadores locais que reúnam condições. O Governo deve tomar a iniciativa de exigir às empresas que promovam a oferta de postos de trabalho aos locais e que realizem acções de formação em contexto real de trabalho com subvenção salarial, promovendo assim o “programa de formação subsidiada”, para que mais candidatos possam ter oportunidades de emprego através deste tipo de estágios. No futuro, o Governo deve definir programas específicos de formação para o sector financeiro e outros sectores, para o desenvolvimento de talentos locais, reduzindo gradualmente as quotas de TNR dentro de um prazo, e definir indicadores concretos para que a maioria dos cargos seja ocupada por residentes locais, incluindo os quadros médios e superiores de gestão, para resolver as dificuldades actuais de emprego e encontrar maiores oportunidades de desenvolvimento para os residentes, bem como criar uma equipa de talentos locais necessária para o futuro desenvolvimento das indústrias.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 20.04.2022

Dia Internacional do Trabalhador

Aproxima-se o Dia Internacional do Trabalhador, e desejo a todos os colegas e residentes um bom feriado, saúde e sucesso profissional!

Vamos assinalar o terceiro Dia Internacional do Trabalhador desde o início da COVID-19. Neste período e desde o retorno, a economia e o emprego sofreram um impacto relativamente forte, e muitas empresas não aguentaram e tiveram de abrir falência ou suspender a actividade. A taxa de desemprego dos residentes subiu de 2,9 por cento, antes da pandemia, para 4,3 por cento. Nos sectores mais afectados, o subemprego, a redução drástica de rendimentos e o desemprego estão a afectar a vida dos trabalhadores.

A situação epidémica continua grave e, face à instabilidade no Interior da China e em Hong Kong, acredita-se que a retoma económica de Macau vai demorar. Aproxima-se a semana dourada de 1 de Maio, mas alguns lojistas não têm muita esperança, e muitos trabalhadores estão preocupados com o futuro do emprego. Os sectores de turismo, jogo, venda a retalho, restauração, prestação de serviços e táxis temem que os rendimentos sejam afectados devido à redução dos turistas. O salário é a principal fonte de rendimento dos trabalhadores, e pilar único para sustentar a família e satisfazer as necessidades da vida. Para fazer face à pressão dos residentes causada pela pandemia, o Governo deve promover a retoma económica, lançar medidas de apoio e adoptar estratégias diversas para reduzir o desemprego, pois o emprego é a base da vida da população. Espera-se que o Governo reforce as medidas de apoio ao emprego, concretize o plano de estágio subsidiado, aumente o número de inscrições por pessoa na formação subsidiada, e reveja o Regulamento dos Incentivos e Formação aos Desempregados, para promover o reemprego e apoiar os trabalhadores afectados.

Actualmente, as grandes empresas têm autorização para contratar muitos trabalhadores não residentes, e muitos postos bons e promissores não são preenchidos prioritariamente por trabalhadores locais. Nos termos da Lei da contratação de trabalhadores não residentes, as autorizações de contratação de TNR podem ser revogadas com fundamento em razões ponderosas resultantes da evolução da conjuntura económica. Assim, exorto o Governo a analisar as estatísticas sobre o emprego, para identificar os postos preferidos pelos locais e os reservar para eles, a fim de garantir a efectiva prioridade de acesso ao emprego dos residentes.

Mais, reconheço o contributo das concessionárias do jogo para a estabilidade social durante o período epidémico e entendo que estas têm dificuldades de exploração sob esta situação contínua. Mas o sector do jogo envolve a subsistência de dezenas de milhares de trabalhadores e de famílias, que será gravemente afectada por qualquer incidente. Recentemente, recebi muitas queixas de trabalhadores do jogo, afirmando que lhes pediram para tirar *lay-off* e que deixaram de gozar da política amigável de “1 + 1”, isto é, receber a metade de um salário. Assim, espero, por um lado, que o Governo preste mais atenção à situação de exploração dos sectores, incluindo o do jogo e, por outro, apelo às

concessionárias para continuarem a assumir as suas responsabilidades sociais, garantindo o emprego dos trabalhadores locais e ultrapassando as dificuldades através dos esforços das partes laboral, patronal e do Governo, acabando, em conjunto, a “maratona contra a Covid-19”.

Por fim, a luta contra a epidemia persiste há mais de dois anos. Queria aqui agradecer ao Governo Central, ao Governo da RAEM, aos sectores sociais e a toda a população de Macau pelo apoio e colaboração, bem como ao pessoal médico, policial, bombeiros e outros trabalhadores de prevenção da epidemia! Todos se empenharam em defender a cidade e protegeram eficazmente a saúde da população!

Em dias tão difíceis, vimos que ambas as partes, laboral e patronal, em geral, conseguiram desenvolver um mútuo entendimento, ultrapassando em conjunto as dificuldades e protegendo, tanto quanto possível, os seus trabalhadores, para estabilizar a sociedade, demonstrando espírito de solidariedade e de ajuda mútua. Deus abençoe Macau. Temos de ter confiança e perseverança, e acreditamos que o futuro será melhor. Cito, ainda, para ganharmos coragem, o título do discurso proferido pelo Presidente Xi Jinping no Fórum de Economia Mundial 2022: “Avançar com confiança e firmeza para criar conjuntamente um mundo melhor pós-COVID”.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 20.04.2022

Não se deve permitir a renovação de trabalhadores não residentes para funções que os residentes são capazes de assumir. Há que ouvir as opiniões dos empregadores sobre o projecto piloto de entrada na RAEM de empregados domésticos filipinos

Na recente sessão de perguntas e respostas na Assembleia Legislativa, na resposta às questões sobre o emprego e a proporção de trabalhadores não residentes nas empresas do jogo e nas grandes empresas, o Chefe do Executivo afirmou que as referidas empresas deviam concretizar a saída dos trabalhadores não residentes, clarificando que os empreiteiros não podiam importar mão-de-obra através da celebração de contrato. Espera-se que, através da limitação dos pedidos de importação de mão-de-obra, seja dada prioridade à contratação de locais para as vagas de “bons empregos”. Referiu ainda que ia implementar, quanto antes, o plano de atribuição de subsídios regulares para apoiar os residentes na reconversão profissional e as PME na contratação de locais.

Em termos objectivos, sob a atenção do público, verifica-se um aumento significativo das vagas dos postos de trabalho disponibilizadas pelos os Serviços para os Assuntos Laborais na conta única, que passou de 4486 vagas em 4 de Abril para as 6157 existentes. É de salientar que, a conta única apresenta apenas os tipos de trabalho e os postos de trabalho, não lista o número de vagas existentes para cada posto de trabalho. As 6157 vagas não são actualizadas há mais de uma semana. Será que essas vagas já foram preenchidas? Tudo isto deve ser divulgado e melhorado com a maior brevidade possível.

Segundo um caso que recebi, um jovem, com trinta e poucos anos e com o ensino secundário, devido ao encerramento duma Sala VIP, inscreveu-se na DSAL para procurar emprego há mais de meio ano. No início, não foi organizada qualquer entrevista, só no mês recente é que foi disponibilizado, em resposta às solicitações, minhas e da sociedade, o serviço de colocações para os candidatos escolherem postos de trabalho. A pessoa escolheu 18 empregos para entrevista: 11 acabaram por “o empregador não ponderar entrevistar o candidato”; 3 falharam; e 3 aguardam pelo resultado, e mais, já passou um mês desde a primeira entrevista, mas continua a aguardar pela marcação da segunda. É de referir que os empregos em causa são de segurança, motorista de *valet parking*, empregado de mesa, auxiliar nos *shuttle bus*, etc., portanto, trata-se de empregos da camada de base com salário mensal entre 12 mil e 13 mil, que os locais conseguem certamente assegurar, desde que haja empresas com vontade de os contratar e formar. A DSAL não pode, de maneira alguma, permitir que as empresas renovem as quotas de trabalhadores não residentes com o fundamento de os locais não terem experiência nem domínio do inglês.

Mais, a DSAL tem de seguir, rigorosamente, o rumo com o qual o Chefe do Executivo concorda, isto é, fundir o “Plano de formação subsidiada” e o “Plano de estágio para criar melhores perspectivas de trabalho” num programa de estágio em serviço com subsídios durante um certo prazo, a fim de ajudar os locais a mudarem de emprego e as PME a contratarem locais. Em especial, pode ponderar-se ajudar os locais a ingressarem nas

vendas em lojas de marca, recepcionistas em hotéis, cozinheiros, restauração e demais sectores.

A epidemia de Covid-19 já entrou no terceiro ano, os fundos de funcionamento das muitas PME de Macau já estão numa “dinâmica de zeros”, e muitas viram-se obrigadas a encerrar. Como as incertezas da epidemia são muitas, o Governo deve definir planos mais claros para a recuperação económica e a respectiva calendarização, para permitir que as PME se preparem e tomem decisões com antecedência, em vez de esperarem indefinidamente e verem-se obrigadas a encerrar. Deve ainda lançar apoio específico destinado às PME, à semelhança do que se faz em Hong Kong, para que se mantenham a funcionar, salvaguardando assim os empregos dos residentes.

Recentemente, o Centro de Coordenação de Contingência do Novo Tipo de Coronavírus divulgou o “Plano piloto de isenção de restrições da entrada de trabalhadores não residentes filipinos para trabalho doméstico”, permitindo que os filipinos venham para Macau para cuidar dos idosos, crianças ou doentes, sem limite de quotas, e os pedidos podem ser apresentados já a 25 deste mês. No entanto, o Plano exige que as pessoas alvo de cuidados e os coabitantes com mais de 3 anos tenham tomado duas doses da vacina, e que os trabalhadores domésticos também tenham tomado, pelo menos, duas doses e se sujeitem a quarentena.

Teoricamente, este Plano-piloto pode oferecer novas opções às famílias que satisfazem os requisitos, que têm capacidade económica e que necessitam urgentemente de empregadas domésticas, mas, até ao momento, o Governo não divulgou informações detalhadas e, aliás, as reservas em hotéis para observação médica estão sempre esgotadas, por isso, mesmo que as empregadas domésticas preencham os requisitos, não se sabe quando é que podem entrar através do Plano-piloto. Além disso, mesmo que ultrapassem todas as dificuldades e entrem, os custos com o transporte e com o isolamento serão na ordem das dezenas de milhares de patacas e, se ficarem infectadas, o tratamento é pago pelo empregador. Se as empregadas domésticas não vierem oficialmente pelas Filipinas e só tiverem um contrato de curto prazo, os empregadores têm de encarar o risco de estas não conseguirem sair legalmente de Macau, ou mudarem de emprego depois de chegarem, ou ajam propositadamente para serem despedidas, assim, os empregadores vão perder mais do que ganhar. Pelo exposto, espero que o Governo fale detalhadamente com o sector em causa e com os empregadores, e ouça as suas opiniões sobre o Plano-piloto, para assegurar a sua viabilidade.

Finalmente, exorto mais uma vez o Governo a negociar com o Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros na RAEM, no sentido de se permitir expressamente que as empregadas domésticas não residentes em Macau só possam requerer o “visto COVID-19 de 1 dia” depois da renovação dos seus contratos para o mesmo tipo de trabalho. Só assim é que se pode acabar com a perda destas empregadas.

José Maria Pereira Coutinho

"A importância da gratuidade dos testes de Ácido Nucleico aos Cidadãos, a estabilidade dos preços dos bens essenciais, a permissão temporária de estacionamento de viaturas e motociclos, nos terrenos devolutos do Estado e a aceitação por parte das autoridades sanitárias, dos quartos para quarentena para os jovens estudantes e todos os residentes que decidam regressar brevemente a Macau"

O fosso do valor dos salários e o preço dos principais bens essenciais (alimentação, rendas e combustíveis) está todos os dias a aumentar. Ou seja, de um lado assistimos ao aumento exponencial dos preços dos principais bens de consumo (alimentação), mas os salários dos trabalhadores não têm acompanhado o aumento de preços de produtos (combustíveis) e serviços, resultando na sistemática redução do poder de compra da população.

A zona nobre de restauração na Taipa (arredores da antiga Fábrica de Panchões Iec Long) tem sido nos últimos meses um autêntico estaleiro de “Obras de Santa Engrácia”. São obras que nunca mais “acabam”, ora “cavam” dias depois, voltam a “cimentar” para voltar novamente a “escavar” as vias públicas. De acordo com as declarações prestadas pelos responsáveis dos restaurantes, as obras de escavação são executadas sem saber o que estará dentro do subsolo para voltar novamente a cimentar por impossibilidade de prosseguir com as obras. Fazem-se “experiências” à custa dos prejuízos dos restaurantes. As obras sofrem constantes paragens devido à falta de trabalhadores, supostamente desviados para outras obras, violando os prazos de acabamento das obras em causa. E ninguém assume responsabilidades. Basta olhar para o estado vergonhoso do que está a acontecer na Rua Direita Carlos Eugénio na Taipa (podem visionar as fotos na minha página do FB) onde os restaurantes são obrigados a fechar as portas, mesmo com clientes à porta, mas que ficam impossibilitados de entrar nos restaurantes devido aos entulhos e barreiras metálicas colocadas mesmo defronte da entrada dos restaurantes, causando elevados prejuízos aos proprietários que são pequenas e médias empresas que já estão a sofrer por falta de turistas.

A vida está a ser difícil para muitos jovens e ainda não atingimos o pico do desemprego. O Governo deve rectificar esta situação com medidas apropriadas, tais como a substituição dos trabalhadores não residentes (TNR) pelos trabalhadores locais, a começar com as concessionárias do Jogo, abrir o mercado concorrencial dos géneros alimentícios e fiscalizar com responsabilidades acrescidas o mercado oligopolista dos combustíveis. Já não são poucos os que enchem os depósitos de combustíveis em Zhuhai porque é muito mais barato e a longo prazo é muito mais económico e compensativo.

Devido à diferença salarial entre os trabalhadores residentes e os TNR, que se sujeitam a direitos e regalias inferiores aos trabalhadores locais, e perante as incertezas económicas e a deterioração do mercado de trabalho, provocado pelo prolongamento da pandemia e às mudanças drásticas no sector do Jogo, as oportunidades de emprego para os residentes tem vindo a escassear, levando ao aumento do desemprego e do endividamento das famílias dos residentes.

Neste contexto, sugiro que o Governo implemente de imediato testes gratuitos de ácido nucleico, ajudando a que estas famílias, que precisam de transpor todos os dias as nossas fronteiras terrestres e marítimas, possam sobreviver condignamente, à semelhança de medida idêntica implementada há muito tempo pelas autoridades sanitárias de Zhuhai.

Tendo em conta os tempos difíceis em que vivemos, o Governo deve também considerar disponibilizar parte dos terrenos disponíveis e devolutos, para estacionamento gratuito dos automóveis e motociclos dos trabalhadores, contribuindo assim com mais uma medida positiva para redução dos seus encargos familiares.

Finalmente, as autoridades competentes, não devem rejeitar a oferta dos quartos dos hotéis, como aconteceu no passado recente, para quarentena dos residentes que pretendam regressar a Macau. Estas rejeições violam de forma grosseira a Lei Básica, pelo que, apelo ao Governo para não repetir estes erros e rectificar de imediato estas regras de conduta, permitindo, por exemplo, que os nossos jovens estudantes e todos outros residentes possam regressar a Macau e se reunirem com as suas famílias.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 20.04.2022

Assegurar aos locais a prioridade de emprego nas obras públicas e acelerar o aperfeiçoamento do mecanismo de saída dos trabalhadores não residentes

Em 2009, a Organização Internacional do Trabalho apresentou, na Cimeira do G20, o Relatório de investigação sobre as políticas de emprego e protecção social para fazer face à crise económica mundial, no qual se refere que, com a fraca procura no mercado privado, o Governo, como último recurso na qualidade de empregador, tem vindo a desempenhar um bom papel na manutenção de postos de trabalho e no apoio à procura global de emprego.

A construção de obras públicas é o motor do desenvolvimento social e, a curto prazo, assume a função de estimular a economia e aumentar o emprego e a procura interna, enquanto, a longo prazo, pode economizar o capital acumulado, para promover o investimento privado e melhorar a qualidade de vida da população.

De acordo com o Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM (2021-2025), recentemente divulgado pelo Governo, para a promoção de diversos projectos de obras de infra-estruturas, habitação pública, instalações municipais e novas infra-estruturas, está previsto um orçamento preliminar de 18,32 mil milhões de patacas, mais 2 mil milhões de patacas em comparação com o orçamento para o investimento em obras públicas de 2021.

Durante a pandemia, o Governo tem vindo a reforçar o orçamento das obras públicas para manter a estabilidade socioeconómica. Mas, neste ano, o orçamento para o investimento em obras públicas é de 20 mil milhões de patacas, e quanto é que vai conseguir entrar no bolso dos residentes? Isto merece a nossa reflexão.

Segundo dados estatísticos da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos referentes à população activa no sector da construção, até ao 4.º trimestre de 2021, o seu número era de 63 682, dos quais, 30 362 eram trabalhadores não residentes, isto é, 47,5 por cento. O facto de a proporção dos trabalhadores não residentes ser quase a metade do total significa a impossibilidade de reflectir plenamente a prioridade dos locais no acesso ao emprego através da manutenção dos investimentos nas obras públicas. Mais, nos termos do artigo 2.º (Princípios gerais) da Lei n.º 21/2009 (Lei da contratação de trabalhadores não residentes), a alínea 5) (prioridade) tem enfatizado que a contratação de trabalhadores não residentes é efectuada dando prioridade aos trabalhadores locais no acesso ao emprego, tanto na contratação como na manutenção do mesmo. Mas, olhando para a actual proporção da população activa no sector da construção, o Governo não concretizou, efectivamente, o objectivo político subjacente à referida lei, isto é, garantir prioritariamente o emprego dos locais.

Com a persistência da situação de pandemia, o futuro da economia de Macau continua incerto. Tal como foi referido, a proporção dos trabalhadores não residentes do sector da construção é enorme, e a maioria deles não é trabalhador especializado. A taxa de desemprego dos locais já atingiu 4,3 por cento e tende a aumentar. Sugiro que, com vista a garantir que os recursos sociais sejam prioritariamente canalizados para os locais, o Governo da RAEM reveja as actuais políticas referentes aos trabalhadores não residentes e tome a iniciativa de desenvolver os recursos humanos locais, permitindo a aquisição de experiência de trabalho no contexto real. Mais, deve também acelerar a formação de quadros qualificados locais da área de construção, alargando, prioritariamente, o emprego dos locais no sector da construção, a fim de, através de acções concretas, provar à sociedade a prioridade dos locais no acesso ao emprego e demonstrar, efectivamente, a resolução do Governo de acelerar o aperfeiçoamento dos mecanismos da saída dos trabalhadores não residentes.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 20.04.2022

No início deste ano, o Conselho de Estado publicou o 14.º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento do Sector do Turismo, no qual se referem mudanças na procura ao nível do turismo e a necessidade de dar importância à inovação e de acelerar a promoção do turismo inteligente através da digitalização e inteligência, em conjugação com as necessidades de prevenção e controlo da epidemia. Na recente sessão de perguntas e respostas, o Chefe do Executivo afirmou que o actual mercado turístico era pouco diversificado e propôs aos operadores que "afiassem as suas próprias facas" e se preparassem para a abertura de mais mercados turísticos noutros países e regiões. Como o sector do turismo é um sector predominante em Macau, o Governo deve desempenhar um papel orientador em prol da articulação com o 14.º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento do Sector do Turismo, promovendo activamente a reconversão e valorização do sector do turismo, orientando-o para se adaptar às mudanças da procura em condições normalizadas de prevenção e controlo da epidemia, e para ajustar atempadamente as estratégias comerciais.

Além dos produtos turísticos tradicionais, muitas regiões estão a lançar produtos turísticos que respondem mais às necessidades do mercado. Segundo os dados de uma plataforma turística do Interior da China, o número de pessoas que fizeram viagens de estudo nas férias de Verão do ano passado aumentou 650% relativamente ao período homólogo do ano anterior, o que representa um certo potencial de consumo. Jiangsu, Shandong e várias regiões lançaram rotas turísticas adequadas para estudo; a viagem de estudo à Cidade Proibida de Pequim está constantemente a ser melhorada e aprofundada, para criar uma melhor experiência turística; a Ilha de Hengqin em Zhuhai também explorou activamente modelos inovadores que combinam o estudo e investigação e a viagem experimental para criar produtos turísticos de estudo; a Província de Guangdong lançou o "14.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Cultura e do Turismo", insistindo no funcionamento orientado pelo mercado integrado das indústrias culturais e turísticas, aperfeiçoando o mecanismo institucional do desenvolvimento integrado das referidas indústrias, promovendo a integração do "turismo cultural com a tecnologia" e o desenvolvimento do turismo de alta qualidade.

Macau é um exemplo paradigmático de fusão cultural entre o Oriente e o Ocidente, é testemunha de 400 anos de intercâmbio cultural entre a China e o Ocidente e é uma cidade plena de características culturais onde coexistem vários elementos históricos. Podemos dizer que Macau é uma cidade propícia para divulgar os produtos resultantes da conjugação da história e da cultura com a "Indústria-Universidade-Investigação". Através do modelo "turismo+cultura+educação", permite-se que os turistas aprendam e tenham um contacto profundo com os ricos conteúdos culturais do património mundial, conteúdos esses que influenciam directamente a experiência dos turistas. Por isso, o Governo deve promover ainda mais o turismo inteligente e explorar, através de meios tecnológicos, as experiências digitais, por exemplo, criar mais cenários virtuais digitalizados que contem histórias originais, desenvolver instrumentos que ofereçam "experiências interactivas aprofundadas", e organizar exposições virtuais, entre outras, oferecendo mais "experiências" aos turistas, tudo isto para contribuir para a transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 20.04.2022

Educação sobre a segurança nacional orientada pela identidade cultural

A segurança nacional é capital e um dever de todos, pois releva para a segurança das pessoas e a estabilidade do País. Este ano, assinala-se o 7.º Dia da Educação da Segurança Nacional. Perante a nova conjuntura internacional, complexa, instável e conflituosa, é extremamente importante que tenhamos sentido de risco, salvaguardemos a segurança nacional, e organizemos a exposição sobre a educação para a segurança nacional.

O “conceito de segurança nacional global”, formulado pelo Presidente Xi, é um sistema coerente. Face aos profundos ajustamentos e mutações da conjuntura internacional, há que salvaguardar a segurança nacional de forma panorâmica. Macau tem o dever constitucional de salvaguardar a segurança nacional, e deve cumpri-lo por meios jurídicos e educativos, erradicando os problemas pela raiz. Recentemente, o Governo da RAEM e o Gabinete de Ligação do Governo Popular Central organizaram a 5.ª Exposição sobre a Educação da Segurança Nacional, que desencadeou uma febre de conhecer os sucessos do desenvolvimento do País e a segurança nacional. O respectivo concurso de composição vai contar com a participação de quase dez mil estudantes de universidades e escolas secundárias, demonstrando a forte consciência de segurança nacional e o profundo amor pela Pátria e por Macau dos jovens, o que é bastante animador.

Sob a orientação do “conceito de segurança nacional global”, o Governo tem acompanhado a evolução e actuado proactivamente, no sentido de aprofundar a educação sobre a segurança nacional, e alcançou consideráveis resultados. Na minha opinião, esta educação tem de ser orientada pela identidade cultural, para consolidar resultados.

O Presidente Xi afirmou que “a China tem a firme autoconfiança quanto ao caminho, teoria e regime, que é no fundo a autoconfiança numa cultura de cinco mil anos”. A cultura orienta quer os nossos pensamentos e comportamentos quer a opinião pública, por isso tem um papel decisivo, e é importantíssimo que os cidadãos se identifiquem com a cultura nacional.

O que é a identidade cultural chinesa? É um sentimento que vem do coração; é um sentimento de admiração e reverência pela civilização do nosso país, formada pela acumulação de história e cultura; a preocupação e o carinho com o futuro e destino do nosso país; a expectativa de rejuvenescimento nacional e uma vontade de trabalhar arduamente pelo país. A "Marcha dos Voluntários" faz soar o apelo a resistir à invasão e o reconhecimento do espírito nacional, que é fundamentalmente o poder da cultura; o conto "A Última Lição" do escritor francês *Alphonse Daudet* diz-nos que a preservação da língua materna, tal como a preservação do núcleo cultural da pátria, é a chave para a sobrevivência da nação, que é também fundamentalmente o poder da cultura.

A segurança da cultura é a pedra angular da segurança nacional. Na minha opinião, a integração da educação para a segurança nacional, da educação patriótica e da educação histórica; a divulgação dos percursos de desenvolvimento do país e dos feitos e das acções

dos indivíduos nobres; e o cultivar da identificação com a cultura chinesa da próxima geração, os valores tradicionais chineses e o caminho de desenvolvimento da pátria são essenciais para garantir a segurança nacional.

Registaram-se, no passado, alguns exemplos no estrangeiro: umas pessoas, apesar de terem recebido educação patriótica desde a infância, acabaram por abalar o princípio da unidade nacional e distorcer o conceito de desenvolvimento nacional, devido à sua falta de compreensão da cultura chinesa, de uma perspectiva histórica ampla e do conhecimento realista do estado actual do desenvolvimento nacional, bem como devido à influência de meios de comunicação social indesejáveis, tendo causado perturbações e prejudicado a segurança cultural do País, o que merece atenção. Assim, gostaria de apelar a todos os estratos sociais para apoiarem o Governo nos seus esforços contínuos na educação espiritual e no cultivar da identidade cultural e sentido de responsabilidade nacional entre a geração jovem, de modo a lançar as bases para a estabilidade de Macau a longo prazo.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 20.04.2022

Aproveitamento adequado dos auto-silos públicos e aumento da taxa de utilização dos lugares de estacionamento

Com o aumento constante do número de veículos em Macau, aumenta também a procura de lugares de estacionamento nos auto-silos. Segundo os dados dos Serviços de Estatística e Censos, até ao final de Fevereiro de 2022, existiam em Macau 120.423 veículos matriculados, 127.430 motociclos matriculados e 721 veículos recentemente registados. De acordo com os dados dos Serviços de Tráfego (DSAT), o número de auto-silos públicos passou de 23 em 2010 para 59 em 2021, incluindo 25.357 lugares de estacionamento para veículos ligeiros, 595 lugares de estacionamento para veículos pesados e 17.803 lugares de estacionamento para motociclos.

Apesar de existirem auto-silos e lugares de estacionamento públicos com parquímetros nas vias públicas, continuam a registar-se muitos casos de estacionamento ilegal, nomeadamente estacionamento ilegal de motociclos. Sugere-se ao Governo que aproveite bem os recursos públicos, que aproveite a gestão científica do “trânsito inteligente” e que aproveite bem os auto-silos para aumentar a taxa de utilização dos lugares de estacionamento.

De facto, a política de transportes públicos do Governo baseia-se no princípio de que “o metro ligeiro assume um papel principal e os autocarros um papel secundário”, por isso, até à conclusão do sistema de metro ligeiro, os residentes optam por conduzir o seu próprio carro. A percentagem de veículos ligeiros estacionados em auto-silos públicos a partir do 4.º trimestre de 2021 oscila entre 0% no Auto-Silo Este do Posto Fronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e 99% no Auto-Silo da Rua de João Lecaros; a taxa de estacionamento para motociclos situa-se entre 0% no Auto-Silo Oeste do Posto Fronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e 72% no Auto-Silo do Jardim Vasco da Gama, e apenas 4 auto-silos públicos têm uma taxa de estacionamento igual ou superior a metade (50%).

Por isso, antes de se conseguir o objectivo de “o metro ligeiro assumir um papel principal e os autocarros um papel secundário”, apresento as seguintes sugestões para a optimização dos auto-silos públicos:

1. Existem em Macau 59 parques de estacionamento públicos e, apesar do aumento constante do número destes parques nos últimos anos, a taxa de utilização dos lugares de estacionamento para motociclos ainda não é satisfatória. Por exemplo, o Auto-Silo do Edifício do Lago da Taipa dispõe de 1132 lugares para motociclos, mas a taxa de estacionamento é inferior a 10%, enquanto a taxa de veículos ligeiros ultrapassa 70%, sendo frequentes as filas de automóveis à noite. Por isso, propõe-se a alteração de alguns lugares de estacionamento para motociclos daquele auto-silo para lugares de estacionamento de automóveis ligeiros, ou então a implementação de medidas de semi-gratuidade ou desconto, para os motociclistas poderem utilizar adequadamente o parque de estacionamento público, tornando-os gradualmente mais habituados e adaptados

à utilização dos parques de estacionamento.

2. Quanto à utilização dos lugares de estacionamento fixos e dos lugares de estacionamento reservados e não fixos, pode ser ajustada de acordo com a taxa de utilização de dia e de noite, com vista a flexibilizar esses lugares de estacionamento dos auto-silos públicos. Propõe-se, em primeiro lugar, a optimização do sistema de entrada e saída, reduzindo o tempo de entrada e saída dos parques, e aumentando a eficiência da sua utilização. Todos os parques de estacionamento públicos devem utilizar o sistema de identificação de chapas de matrícula e proceder ao pagamento por meios electrónicos ou sem contacto. Isto reduz não apenas o tempo de entrada e saída dos parques de estacionamento, como também a emissão de gases de escape e o desperdício de papel.

3. Revitalizar os parques de estacionamento públicos, introduzindo elementos multiculturais. Propõe-se que o Instituto Cultural coopere com as associações artísticas e culturais, desenhando *graffiti* artísticos nas paredes dos parques de estacionamento. Os referidos desenhos vão contribuir para embelezar o ambiente, e pode transformar-se em imagem peculiar de Macau, atraindo mais a utilização dos referidos parques. Mais, é possível afixar-se mais tabuletas publicitárias nos referidos parques para aumentar as receitas, impulsionando o aumento da eficiência económica e da taxa de emprego, bem como elevar o nível cultural dos residentes.

4. Propõe-se que os parques de estacionamento nas instalações desportivas e culturais sejam abertos ao público, especialmente fora do horário de expediente ou entre as 8 da noite e as 8 da manhã, para atender às necessidades especiais de estacionamento dos cidadãos. Mais, é possível ajustar as vagas consoante a utilização das referidas instalações, e propõe-se que, para usar os referidos parques, se registre antecipadamente o número da matrícula, para efeitos de reconhecimento pelo sistema de identificação de veículos, devendo ainda o utilizador pagar as respectivas taxas através de pagamento electrónico! Esta proposta pode contribuir para aumentar a eficiência de gestão e para se atingir o objectivo de aproveitar bem os recursos!

Por fim, propõe-se que os serviços competentes de gestão reforcem, através de meios tecnológicos, a gestão dos parques de estacionamento públicos e utilizem a tecnologia “inteligente” para melhorar passo a passo a flexibilidade do uso de lugares de estacionamento, bem como que actualizem, atempadamente, as informações na *internet*, a fim de facilitar a consulta por parte da população. Se a referida proposta implicar a alteração de regulamentos administrativos ou de regimes jurídicos, há que dar, em tempo oportuno, seguimento e que aperfeiçoar o “Plano Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2021-2030)”, tudo para impulsionar o desenvolvimento do transporte “inteligente”, construindo-se, deste modo, uma cidade inteligente.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 20.04.2022

Desenvolver a função da Zona de cooperação aprofundada e impulsionar o emprego dos jovens

Recentemente, a situação de desemprego e subemprego tem vindo a agravar-se e, daqui a 4 meses, muitos recém-licenciados vão sair das escolas e ingressar no mercado de trabalho. De acordo com alguns dados, o número anual de estudantes licenciados nas instituições de ensino superior de Macau ultrapassa os 8 mil e, de entre este número, muitos são residentes locais, e, se a esse número aditarmos os residentes licenciados nas instituições de ensino superior do Interior da China e do estrangeiro, o número será ainda maior. Muitos estudantes e seus familiares referiram-me que, após três anos de situação epidémica, já se acumulam muitos estudantes universitários à procura de emprego, tendo estes reduzido as suas expectativas quanto ao valor do seu salário, mas continua a ser difícil encontrar emprego. Durante este período, o Governo implementou o Plano de estágio - “Criar Melhores Perspectivas de Trabalho” e o “Programa de Estágios para Estudantes do Ensino Superior de Macau”, para proporcionar oportunidades de estágio e colocação profissional aos recém-formados e aos jovens que aguardam por um emprego, mas alguns deles esperam que as autoridades reforcem a cooperação com a província de Guangdong, para acelerar o desenvolvimento das indústrias na Zona de cooperação aprofundada, proporcionando mais oportunidades de emprego estáveis aos residentes de Macau.

Recentemente, foi divulgado o “Método provisório sobre o apoio aos jovens de Macau para inovação e criação de negócios na Ilha de Hengqin”, com políticas de apoio aos jovens de Macau e aos recém-formados que vão para a Zona de Cooperação Aprofundada para desenvolver a sua vida profissional, que abrangem incentivos fiscais, prémios de exploração, subsídio de renda, subsídio de estágio e subsídio de emprego, entre outras. Com a aproximação da data de graduação dos estudantes nas diversas instituições de ensino superior, proponho ao Governo que reforce a divulgação do referido método provisório, por exemplo, organizando mais palestras nessas instituições ou colaborando com as associações para reforçar a divulgação das políticas sobre o assunto, e também podendo os jovens recorrer a uma linha telefónica aberta para ficarem a saber mais sobre as políticas e formalidades que precisam de tratar nessa Zona, com vista a dissipar as suas dúvidas.

Mais, no início deste ano, foi concluída a recolha de opiniões sobre “algumas medidas de apoio ao emprego dos residentes de Macau na Zona de cooperação aprofundada”, e os residentes esperam que as respectivas medidas possam ser concretizadas quanto antes, com concessão de melhor financiamento aos projectos dos jovens empreendedores com potencialidades; atribuição de uma adequada subvenção de emprego aos jovens que trabalham na Zona; atribuição de um determinado prémio aos residentes com qualificação para o exercício das quatro indústrias; e atribuição de subsídios por parte das autoridades às empresas dessa Zona que contratam residentes locais, para pagamento dos “5 seguros e 1 fundo” aos seus trabalhadores de Macau.

Para que os residentes de Macau, incluindo os recém-formados, possam trabalhar na Zona de Cooperação Aprofundada na Ilha de Hengqin, organizar melhor a sua vida nessa Zona e adaptar-se melhor à mudança ambiental, integrando-se gradualmente na mesma, as autoridades podem ponderar a implementação, em conjunto com o Interior da China, de medidas como o “reconhecimento mútuo das cartas de condução” e o “reconhecimento prioritário do seguro de veículos”, para facilitar as deslocações dos residentes entre Macau e a Zona de Cooperação Aprofundada, e reduzir os custos de transporte. Por outro lado, as autoridades podem reforçar ainda mais a comunicação com as empresas da Grande Baía, incentivando especialmente aquelas que já possuem certa capacidade e qualificação a recrutarem prioritariamente os jovens locais para estágios, e a contratarem residentes de Macau.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 20.04.2022

Dar resposta às políticas do País sobre a economia e a salvaguarda do bem-estar da população, esperando reajustar para sete dias a validade do teste de ácido nucleico, em pé de igualdade com o Interior da China

Macau, como microeconomia voltada para o exterior e cidade turística, tem um mercado de venda a retalho e de consumo diversificado. A cidade não só precisa do estímulo do consumo interno, como também está muito dependente do consumo feito pelos turistas. Mas, devido ao impacto da epidemia e às rigorosas medidas de passagem alfandegária, o número de turistas tem vindo a descer significativamente, levando a que nos últimos dias se tenha mantido um mercado fraco, com muitos retalhistas e empresas a lamentar as dificuldades de sobrevivência. Para os residentes que têm de ir para o trabalho e para a escola, terem de se submeter ao teste de ácido nucleico, com os correspondentes custos, implica o aumento da pressão e dos encargos do dia-a-dia, o que constitui um obstáculo para a vida familiar e para o desenvolvimento económico e comercial entre os dois lados da fronteira.

Desde o início do surto da epidemia, o Governo da RAEM tem adoptado medidas rápidas e eficazes para proteger a vida e a segurança dos cidadãos, e os resultados obtidos na luta contra a epidemia podem ser considerados um modelo a nível nacional. Mais, estabeleceu-se finalmente uma estreita comunicação com as regiões vizinhas e um mecanismo de prevenção e controlo conjunto e preciso. Por isso, em face da situação de controlo eficaz da epidemia, espero que o Governo considere relaxar a actual norma rigorosa que determina a validade de 24 horas do teste positivo de ácido nucleico para a entrada em Macau.

Os feriados da Páscoa passaram-se num ambiente de acalmia, por isso não se pode desperdiçar a época dourada do dia 1 de Maio que vai chegar. Assim, para além de ponderar a necessidade de prevenção e controlo eficazes, solicito mais uma vez ao Governo e às autoridades competentes que relaxem também o requisito da validade do teste de ácido nucleico, promovendo a recuperação gradual da sua validade inicial de 7 dias, como é exigido também em Zhuhai, para que mais turistas possam visitar e consumir em Macau durante esse período, promovendo assim o comércio e a reunião familiar entre os dois lados. Solicito também ao Governo que se empenhe na flexibilização das formalidades do visto individual de entrada em Macau para as cidades seguras do Interior da China e estude a liberalização das excursões de pequena dimensão dessas cidades. Deve-se aproveitar bem esse período dourado em articulação com os benefícios para o consumo proporcionados pelas empresas, para aumentar o efeito de “multiplicação” e reforçar a “alavancagem do consumo”. Com esse relaxamento, os sectores da indústria hoteleira, do turismo, da venda a retalho, da restauração e até dos diversos ramos de actividade vão sentir-se aliviados durante as férias.

(Tradução)

O Vice-Primeiro Ministro do Conselho de Estado, Liu He, propôs três requisitos a esse respeito: é necessário “ter as condições de vida da população como objectivo, garantir a fluidez do transporte de mercadorias e concretizar a circulação entre as indústrias”, afirmação que teve bom reconhecimento e acolhimento pelo povo. Assim, o Governo da RAEM e as autoridades competentes devem acompanhar, de forma activa, os passos do País e, com base na implementação duma política de zero casos de Covid, adoptar medidas para revitalizar a economia, garantir a qualidade de vida da população e concretizar as linhas de acção governativa de “ter por base a população”, dando atenção ao seu bem-estar e promovendo juntamente a recuperação económica através de várias formas, em conjunto com a população.

**IAOD dos Deputados Vong Hin Fai, Chui Sai Cheong e Chan Iek Lap em
20.04.2022**

Andamento do processo legislativo da “Lei das relações de trabalho a tempo parcial

Em relação ao regime de “trabalho a tempo parcial”, a “Lei das Relações de Trabalho” define expressamente que o “trabalho a tempo parcial” é regulado por lei especial. Embora a legislação em causa desempenhe um papel positivo no aperfeiçoamento do enquadramento jurídico-laboral de Macau, na criação de relações laborais harmoniosas e estáveis, e na protecção dos direitos e interesses legítimos das partes laboral e patronal, desde a entrada em vigor da lei laboral, em 2008, tal regime ainda está por produzir.

Devido a este vazio legal, a questão de um trabalhador a tempo parcial ter ou não direito a férias remuneradas, foi objecto de um processo contravencional de trabalho, em que o Tribunal Judicial de Base condenou o empregador pela prática de uma contravenção, por não ter pago a compensação de férias ao trabalhador. Mas, depois, o Tribunal de Segunda Instância, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 48.º da Lei das Relações de Trabalho, decidiu que o tal trabalhador a tempo parcial não tinha direito a férias remuneradas e revogou a dita decisão do Tribunal Judicial de Base. Assim, do ponto de vista jurídico, para além do “direito a férias”, há ainda lacunas jurídicas quanto a outros direitos e deveres dos trabalhadores e dos empregadores na “relação de trabalho a tempo parcial”.

O Governo da RAEM realizou, em Setembro de 2017, uma consulta pública sobre o “Regime de trabalho a tempo parcial” e, em Maio de 2018, o seu relatório final já se encontrava disponível na página electrónica dos respectivos serviços públicos. Quanto à questão da produção legislativa da “Lei das relações de trabalho a tempo parcial”, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) afirmou que, após a divulgação do relatório final da consulta sobre este regime, os representantes das partes laboral e patronal do Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) discutiram várias vezes sobre esta matéria, tendo ainda apresentado vários pareceres, mas continuam a registar-se divergências entre os representantes das duas partes.

Embora a economia de Macau esteja a sofrer com o impacto do surto da COVID-19, os postos de trabalho a tempo parcial continuam a existir no mercado, o que reflecte a necessidade de trabalhadores a tempo parcial. Assim, apesar de a “Lei das relações de trabalho a tempo parcial” não estar incluída no plano legislativo do Governo para o ano financeiro de 2022, o respectivo trabalho não deve ficar parado, mas, sim, acelerado. O Governo deve estudar a integração deste regime no plano legislativo do próximo ano, a fim de garantir plenamente, nos termos da lei, os direitos e interesses das partes laboral e patronal nas relações de trabalho a tempo parcial.